



Simulado Final

TRF 6

CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA ADMINISTRATIVA - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TRF-6 (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cmHAGF86efWhkqcGA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/R3hT>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

A maioria dos brasileiros (81%) enxerga o aquecimento global como um problema importante, conforme mostrou pesquisa Ipec realizada em 2021. Apesar disso, apenas 2 em cada 10 dizem estar bem informados sobre o tema — um déficit que abre espaço para a desinformação.

Pesquisas qualitativas indicam uma insatisfação das pessoas com sua própria falta de conhecimento. Entrevistas com grupos focais realizadas pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ sugerem que as pessoas gostariam de saber mais sobre o problema e, principalmente, sobre suas soluções. Ainda que separem o lixo e estejam dispostas a mudar hábitos de consumo, isso não basta — e elas sabem. Percebe-se, portanto, uma lacuna entre a escala do problema e as saídas vislumbradas pelo senso comum.

"A humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer. Ou fechamos um pacto de solidariedade climática ou um pacto de suicídio coletivo", alertou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, na abertura da 27ª Conferência sobre as Mudanças Climáticas (COP27).

Ainda que as responsabilidades dos países sejam desiguais, todos nós somos parte do problema. Logo, precisamos ser parte da solução. Do contrário, deixamos um terreno fértil para a angústia e a alienação (que são ingredientes do negacionismo). Como dizia Bruno Latour, negar as mudanças climáticas também é um recurso daqueles que preferem escapar de uma realidade com a qual não sabem lidar.

A expectativa é que a COP27 seja a conferência da implementação — aquela que vai colocar os acordos em prática. Isso torna ainda mais urgentes estratégias para aumentar a participação da população — especialmente da juventude — na agenda climática. A cada COP, o artigo 6 da Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (que defende habilitar a sociedade a ser parte da solução por meio da educação e da conscientização) é retomado em termos mais enfáticos. Foi criada uma Ação

para Empoderamento Climático (ACE, em inglês), com o objetivo de fomentar o engajamento da sociedade, por meio da educação climática, da conscientização e da participação pública e do acesso à informação.

No ano passado, em Glasgow, foi aprovado um programa de trabalho para fortalecer essa ação, com orientações para que os países incorporem o tema das mudanças climáticas ao currículo de todos os níveis de ensino, de modo transversal, inclusive saberes tradicionais e dos povos originários; treinem professores de todas as áreas para abordar o tema; formem uma força de trabalho adaptada aos desafios da transição para uma economia de baixo carbono; empoderem sua juventude para participar das decisões da agenda climática; integrem suas estratégias de educação às políticas públicas e compartilhem suas experiências internacionalmente.

[...]

A educação climática é uma ferramenta-chave para a popularização e a democratização da agenda climática, que precisa se tornar mais enraizada na sociedade. Só assim, incorporando ações de baixo para cima, poderemos ser parte da solução — uma vacina contra a tentação de fugir do problema por ele ser grande demais.

01. De acordo com o texto, a educação climática pode ser uma ferramenta eficaz para combater a alienação e o negacionismo em relação às mudanças climáticas.

02. De acordo com o texto, os saberes tradicionais e dos povos originários geralmente são excluídos das orientações sobre mudanças climáticas.

03. Infere-se do texto a proposta de inserir a questão das mudanças climáticas de forma integrada, permeando várias disciplinas do currículo, como ciências, geografia, história, português, para que os alunos compreendam sua relevância em diferentes contextos e perspectivas.

04. No primeiro período do texto, o verbo 'enxerga' poderia corretamente ser substituído por 'enxergam', sem alterar a informação original do texto.
05. No primeiro período do texto, a conjunção 'conforme' pode ser corretamente substituída por 'à medida que'.
06. No primeiro parágrafo, a expressão 'Apesar disso' poderia ser substituída por 'À despeito disso'.
07. No segundo parágrafo, a expressão 'Ainda que' poderia ser corretamente substituída por 'Conquanto'.
08. No primeiro parágrafo, seria provocada uma incorreção gramatical se o travessão fosse substituído por vírgula.
09. No trecho 'Pesquisas qualitativas indicam uma insatisfação das pessoas com sua própria falta de conhecimento', os termos destacados exercem função de adjunto adnominal e complemento nominal respectivamente.
10. No segundo parágrafo, no trecho 'Ainda que separem o lixo e estejam dispostas a mudar hábitos de consumo, **isso** não basta — e **elas** sabem', os pronomes 'isso' e 'elas' retomam, respectivamente, **ação de separar o lixo e de estarem dispostas a mudar hábitos de consumo e pessoas**.
11. No final do segundo parágrafo, a conjunção 'portanto' poderia ser corretamente substituída por 'pois', sem alterar o sentido original.
12. No final do segundo parágrafo, a expressão 'Percebe-se' poderia ser substituída por 'É percebido'.
13. No trecho 'A humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer', os verbos 'cooperar' e 'perecer' poderiam ser substituídos corretamente, com manutenção do sentido, por 'colaborar' e 'sucumbir'.
14. No quarto parágrafo, a expressão 'todos nós' abrange **todas as pessoas que contribuem, direta ou indiretamente, para o problema das mudanças climáticas**
15. No quarto parágrafo, o trecho 'negar as mudanças climáticas também é um recurso daqueles que preferem escapar de uma realidade com a qual não sabem lidar' poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma, com manutenção do sentido: **A negação das mudanças climáticas é, igualmente, uma estratégia adotada por quem busca evitar enfrentar uma realidade que não sabem como encarar.**
16. No início do quinto parágrafo, a expressão 'é que' é classificada como elemento de realce, que pode ser retirado da oração sem prejuízo.
17. No segundo período do quinto parágrafo, o termo 'urgentes' poderia ser flexionado no singular 'urgente', sem prejuízo para a correção.
18. No início do sexto parágrafo, as vírgulas isolam duas expressões adverbiais que se encontram deslocadas em relação à ordem.
19. No sexto parágrafo, todas as ocorrências de ponto e vírgula poderiam ser substituídas por vírgula, mantendo a correção gramatical.

20. No último parágrafo, a partícula 'se' poderia ser corretamente deslocada para depois do verbo 'tornar', mantendo a correção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

21. O Policial Rodoviário Federal Roberto foi acusado de desviar conduta ética em sua vida privada, com impactos diretos na sua imagem como servidor público. No procedimento, foi argumentado que a conduta do policial não dizia respeito à Administração Pública, pois ocorreu fora do ambiente de trabalho. Com base nos preceitos éticos do Decreto nº 1.171/1994, a Administração Pública só pode avaliar a conduta privada do servidor público nos casos de crimes comprovados, sem considerar o impacto ético ou moral.

22. Joana é servidora pública federal e, além de cumprir rigorosamente suas atribuições funcionais, participa ativamente de projetos comunitários em sua cidade, promovendo palestras sobre direitos dos cidadãos e formas de acesso aos serviços públicos. Seu superior, no entanto, questionou se essa atuação extrapolava os limites de seu cargo. Com base nos princípios éticos e de cidadania ativa previstos na administração pública, a atuação de Joana está em conformidade com os princípios éticos da administração pública, pois demonstra comprometimento com o bem comum e os interesses da sociedade.

23. Maria, servidora pública federal, foi convidada a participar de um evento acadêmico sobre democracia e direitos humanos. Durante o debate, Maria afirmou que a justiça social é essencial para o fortalecimento da democracia, mas que a ética administrativa ainda enfrenta desafios para garantir igualdade de acesso a serviços públicos. Suas declarações geraram questionamentos de outros participantes, que interpretaram suas falas como uma crítica à administração pública. Com base nos princípios de ética, justiça e democracia,

Maria cometeu um erro ético ao criticar a administração pública, pois a função de servidores públicos é defender as instituições em qualquer contexto.

24. O servidor João foi designado para atuar em uma repartição pública de atendimento ao cidadão. Durante seu expediente, ele frequentemente deixava de priorizar a resolução de atrasos no setor, além de demonstrar pouca cortesia ao interagir com os usuários. Um cidadão apresentou uma reclamação formal sobre sua conduta, argumentando que o comportamento de João violava os deveres éticos do servidor público. Com base nos princípios éticos, João deveria priorizar a resolução de atrasos no atendimento, garantindo rapidez e eficiência para evitar dano moral aos usuários.

25. O servidor público Pedro, lotado em um órgão de fiscalização, utilizou informações obtidas em relatórios internos para beneficiar financeiramente um amigo próximo em uma licitação pública. Além disso, foi constatado que Pedro solicitou um prêmio em dinheiro a um fornecedor em troca de celeridade na aprovação de um processo. Com base nos deveres éticos e nas vedações impostas aos servidores públicos, Pedro violou o Código de Ética ao fazer uso de informações privilegiadas e solicitar vantagens financeiras, o que é expressamente proibido.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos éticos e as disposições legais sobre atos lesivos à Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 26.** Servidor público efetivo que praticar ato violador do código de ética se sujeitará à pena de advertência verbal, a ser efetivada pela Comissão de Ética.
- 27.** Em razão da prática de atos lesivos previstos na Lei 12.846/2013, o poder público poderá aplicar às pessoas jurídicas infratoras a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica, mediante processo judicial ou administrativo.
- 28.** A celebração do acordo de leniência da Lei 12.846/2013 beneficiará a pessoa jurídica leniente com a redução em até 2/3 do valor do dano causado ao erário.
- Tomando por base os preceitos normativos sobre servidores públicos, julgue os itens a seguir.
- 29.** Nenhum servidor poderá ser responsabilizado por dar ciência quanto à prática de crimes de que tenha conhecimento em razão do exercício do cargo.
- 30.** Caso seja detectada infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, a autoridade administrativa, após a devida apuração dos fatos, não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO*Carlos Henrique*

Considere o seguinte argumento lógico:

- p1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;*
p2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;
p3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos; e,
p4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro
p5: Carla não vai à igreja aos domingos

Diante do exposto, julgue os itens seguintes:

- 31.** A proposição “Carla e João irão ao Rio de Janeiro” é verdadeira.
- 32.** Nem João é ateu, nem Carla é evangélica
- Seja o seguinte argumento:
- Todo homem é mortal.
Nenhum mortal é pedra.
Logo, nenhum homem é pedra.
- 33.** O argumento não é um silogismo
- 34.** O termo médio é a expressão “mortal”

Considere:

As estatísticas criminais do estado de São Paulo relativas a abril apontam aumento em quase todos os crimes com exceção dos homicídios, que caíram. [...]

O homicídio tem sido um importante termômetro da efetividade das ações públicas na segurança: sua queda refletiria o aumento do investimento no policiamento.

Contudo, permanece sem resposta o motivo pelo qual o investimento no policiamento não produz efeitos sobre os demais crimes. Essa compreensão passa pelo entendimento da lógica dos diferentes crimes.

(Dias, Camila Nunes. Folha de S.Paulo, Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/05/1284840-analise-queda-doshomicidios-apontalogica-empresarial-de-bandidos.shtml>)

Julgue os itens seguintes:

35. Uma possível resposta ao questionamento feito no texto seria dizer que o policiamento reprime apenas os crimes mais graves, favorecendo a atuação dos “ladrões de galinha”, que cometem pequenos delitos em que não têm contato direto com as vítimas.

36. Uma possível resposta ao questionamento feito no texto seria dizer que as organizações criminais estão mais sofisticadas: seguindo um modo de ação empresarial, que visa ao lucro, consideram que os homicídios expõem os criminosos e não trazem ganhos financeiros.

Quando eu era criança, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono do meu nariz. Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível na idade adulta; quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. A felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida – que ainda não chegou ou que já passou.

A partir do texto, julgue os itens seguintes:

37. O autor deduz erroneamente que apenas os adultos podem alcançar a felicidade, ressentindo-se, assim, de não ter usufruído os fugazes momentos felizes da infância.

38. É conclusão do autor que a felicidade é uma utopia, uma vez que se tem a ilusão de que ela está sempre fora de alcance, ora no passado, ora no futuro.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

Sobre os Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade, julgue os itens a seguir.

39. A teoria dos quatro status de Jellinek menciona que o indivíduo apresenta, dentre eles, o status negativo, caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos.

40. Os Direitos Fundamentais se diferem dos Direitos Humanos sobretudo pelo plano de positivação.

41. Diante do cometimento de delito que viole gravemente a dignidade humana, o indivíduo poderá sofrer restrições quanto aos seus direitos humanos.
42. Diante do compromisso firmado pela Agenda 2030, os países deverão construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
43. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura o direito ao trabalho às pessoas com deficiência, que deverá levar prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção.
44. Em prol da implementação de ações afirmativas, o Município de Restinga Sêca/RS instaurou inúmeros equipamentos de ginástica acessíveis junto aos parques da cidade, porém sem observar a sinalização tátil e de alerta no piso, violando o que dispõe expressamente a Lei da Acessibilidade.
45. Recente inovação normativa figura quanto ao grupo reconhecido como prioritário por lei, diante da adesão do doador de sangue, que receberá idêntica prioridade, assim que apresentar comprovante de doação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

46. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) convocou uma reunião do Conselho de Administração, mas surgiram dúvidas entre os servidores sobre a composição desse órgão colegiado. Com base no Regimento Interno, o Conselho é constituído pelos ocupantes dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral, Coordenador Regional dos Juizados Especiais Federais e pelos quatro integrantes mais antigos do Tribunal.
47. No Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), a presidência de uma Turma será assumida por um novo magistrado. Durante a transição, um dos integrantes questionou os critérios para a escolha do presidente da Turma. Com base no Regimento Interno do TRF-6, a presidência será ocupada pelo magistrado escolhido por votação entre os membros da Turma ou Seção, com mandato de dois anos.
48. O advogado de um cidadão impetrou um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), argumentando que a autoridade coatora era um magistrado de primeiro grau vinculado à jurisdição do Tribunal. Com base no Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração processar e julgar o habeas corpus.
49. Um advogado apresentou uma reclamação ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) argumentando que um magistrado de primeiro grau paralisou injustificadamente o andamento de um processo sob sua responsabilidade, causando prejuízo à parte interessada. O advogado questionou se seria cabível interpor um recurso contra o ato ou se haveria outro mecanismo adequado. Com base no Regimento Interno, cabe interpor um recurso ordinário, previsto em lei, para corrigir a paralisação injustificada do processo.

50. Durante uma sessão virtual de julgamento no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), um desembargador pediu vista de um processo. Após análise, ele decidiu devolver o processo para prosseguimento na próxima sessão ordinária virtual. O prosseguimento do julgamento em sessão virtual subsequente dispensa nova inclusão em pauta, desde que seja na primeira sessão ordinária após a devolução do processo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

51. Os atos administrativos estão sujeitos ao princípio da sindicabilidade, que assegura o controle administrativo ou judicial sobre eles.

52. O princípio da autotutela difere do princípio da sindicabilidade, pois cada um possui características específicas relacionadas às formas e à abrangência do controle dos atos administrativos.

53. A Súmula Vinculante nº 13, que trata do nepotismo na Administração Pública, proíbe, de forma automática, a nomeação de parentes até o terceiro grau para qualquer cargo público, inclusive os de natureza política, independentemente da qualificação técnica ou da ausência de favorecimento pessoal.

54. Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, o que significa que são considerados válidos e em conformidade com a lei, salvo prova em contrário. Dessa forma, pode-se dizer que a presunção dos atos é *juris tantum*.

55. Com base no poder discricionário, um agente público pode anular um ato válido.

56. O ato de um diretor de escola pública suspender um aluno por conduta inadequada em sala de aula configura o exercício do poder disciplinar pela Administração Pública.

57. Os aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, ao serem investidos nos respectivos cargos efetivos para os quais foram nomeados, somente alcançarão estabilidade após dois anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação especial.

58. As autarquias públicas são entidades da Administração Pública indireta, criadas por desconcentração administrativa, para executar atividades típicas do Estado com autonomia administrativa e patrimônio próprio.

59. As empresas públicas e as sociedades de economia mista diferem principalmente na composição do capital, sendo que, enquanto as empresas públicas possuem capital integralmente público, as sociedades de economia mista têm participação de capital privado e são obrigatoriamente organizadas sob a forma de sociedade anônima.

60. A desapropriação indireta caracteriza-se pelo apossamento do bem pelo Estado, sem a observância do devido processo de desapropriação, com a destinação do bem ao uso público e a irreversibilidade da situação, sendo possível a indenização ao particular prejudicado.

61. O agente putativo é legitimado pela excepcionalidade da situação que demanda sua atuação, enquanto o agente necessário é legitimado pela boa-fé e pela aparência de legalidade do ato administrativo que pratica.

62. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a licitação é inexigível para a aquisição ou locação de imóvel quando as características de suas instalações e localização forem imprescindíveis para atender às necessidades específicas da Administração Pública.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

63. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais precisam ser regulamentadas por lei ordinárias para ter aplicabilidade no caso concreto.

64. O princípio do devido processo legal preconiza que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

65. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, direito esse não extensível aos trabalhadores domésticos.

66. Ricardo, filho de pai brasileiro e mãe italiana, nasceu no Chile e foi registrado em repartição brasileira competente. Ao tornar-se maior de idade, passou a cometer crimes variados, dentre eles, tráfico ilícito de entorpecentes. Após ser descoberto pela polícia, ele empreendeu fuga para o Brasil.

Caso o governo chileno solicite ao Brasil a extradição de Ricardo, ela não poderá ser deferida, uma vez que a CF veda a extradição de brasileiro nato. Contudo tal fato não impede o cumprimento da pena aqui no Brasil, desde que autorizado pelo Supremo Tribunal Federal.

67. Para concorrer a outros cargos o titular de qualquer mandato eletivo deve renunciar ao seu cargo atual em até 6 meses antes do pleito.

68. Dos recursos oriundos apenas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 30% (trinta por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.

69. É crime de responsabilidade os atos do Presidente que atentem contra a segurança externa do País.

70. Mesmo que o pedido de criação de uma CPI cumpra os requisitos estabelecidos na Constituição, sua instauração pode ser barrada pela decisão da maioria parlamentar ou pelos órgãos diretivos das casas legislativas.

71. Não é permitido em nenhuma hipótese o aumento de despesa em projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

72. O Tribunal de Contas da União poderá sustar contrato administrativo caso o órgão não adote as providências determinadas, em qualquer caso.

73. Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

74. A defensoria pública possui legitimidade para instauração de inquérito civil público.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Ricardo Campanário

- 75.** A aquisição de material além da quantidade necessária representa imobilizações em estoque ocioso.
- 76.** O estoque virtual de uma matéria-prima consiste na soma do seu estoque mínimo com as suas encomendas.
- 77.** Para controlar o estoque de materiais, o ponto ou nível de ressuprimento de matéria-prima deve estar situado entre os estoques máximo e mínimo.
- 78.** À fase de recebimento competem quatro etapas: entrada de materiais; conferência quantitativa; conferência qualitativa; e regularização.
- 79.** Quando da guarda de itens em prateleiras, os mais leves devem permanecer nas prateleiras superiores.
- 80.** A requisição para retirada de materiais do almoxarifado deverá ser entregue ao encarregado desse setor com a assinatura do requisitante, que, por sua vez, deve ocupar cargo que preveja a possibilidade de retirada de materiais mediante requisição formal.
- 81.** A avaliação dos fornecedores é responsabilidade exclusiva dos órgãos de compras.
- 82.** A centralização de compras é recomendável para a aquisição de todos os produtos e serviços das empresas nacionais com atividade em diversas regiões do país.
- 83.** A função compras apresenta papel significativo no desenvolvimento do mercado fornecedor.
- 84.** O procedimento por meio do qual é providenciado o retorno do óleo lubrificante usado aos centros produtivos para tratamento e neutralização do impacto ambiental é característico da chamada logística reversa ou logística verde.
- 85.** No que se refere à conferência no recebimento de materiais e armazenagem, julgue o item seguinte. Situação hipotética: Depois de determinada empresa manter estoque médio de todos os itens de matérias-primas por 12 meses, ela decidiu reduzir esse tempo para 6 meses. Assertiva: Em relação à curva ABC, exatamente aqueles que permitem a maior redução possível nos valores financeiros dos estoques são os itens do grupo C.
- 86.** Com base nos conceitos e nas aplicações sobre a administração de recursos materiais, julgue o item. Os sistemas apoiados pelos conceitos do just in time têm como meta o estoque "zero". Neles é comum verificar o uso do MRP.
- 87.** O MRP é um sistema que estabelece procedimentos, regras e critérios de modo a atender as necessidades de produção numa sequência de tempo logicamente determinada pra cada item componente do produto final. O sistema é capaz de planejar diferentes necessidades de materiais a cada alteração sofrida pelo programa de produção, pelos registros de inventários ou mesmo pela composição de produtos acabados.

88. No almoxarifado da Pref. Mun. Fortaleza, a demanda média semanal de toners para impressoras é de 500 unidades, e o tempo médio para ressuprimento deste item é de três semanas. Sabendo-se que o seu ponto de reposição ocorre quando o nível de estoque atinge 4.000 unidades, o Estoque de Segurança de toners é de 2.500 unidades.

89. Acerca da gestão de estoques e compras e dos procedimentos de compras no setor público, julgue o item que se segue. A realização de uma compra sob o critério de menor preço pode restringir a negociação com fornecedores quanto ao prazo de entrega, à forma de pagamento e outras condições envolvidas na negociação.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Elisabete Moreira

Acerca da evolução da administração pública, da reforma do Estado e do empreendedorismo governamental, julgue os itens a seguir.

90. A governança pública se refere à forma de gerenciamento de recursos e possui como um dos seus princípios basilares a accountability, que se relaciona a execução da gestão a partir do menor custo possível, assegurando padrões de qualidade nas compras e contratos.

91. O empreendedorismo governamental é um modelo de administração pública fundamentado no estabelecimento de objetivos e metas que visem à qualidade do serviço prestado pelos entes públicos, com avaliação permanente de resultados, sem transferência de poder aos cidadãos, em razão da responsabilidade institucional prevista no modelo.

Acerca das estruturas das organizações formais modernas, do BSC e da gestão de projetos, julgue os itens a seguir

92. O critério de departamentalização por clientela apresenta como principal vantagem facilitar a coordenação intradepartamental e a inovação de produtos, sendo indicada para circunstâncias mutáveis.

93. O *Balanced Scorecard* – BSC é um sistema de controle e gestão do desempenho organizacional, cujo objetivo é relacionar o mapeamento estratégico da organização com um conjunto de indicadores de desempenho, promovendo interligações entre as diversas áreas.

94. As partes interessadas de um projeto incluem o gerente funcional, que fornece recursos e suporte para o projeto, designa o gerente de projeto, autoriza mudanças no escopo, determina prioridades e monitora o projeto junto com o gerente de projeto.

Com relação à gestão de pessoas, recrutamento e seleção, julgue os seguintes itens.

95. A moderna gestão de pessoas consiste em uma série de processos dinâmicos e interdependentes que visam atender aos objetivos estratégicos, exercendo a função de staff.

96. Atualmente, a modalidade de recrutamento interno deve ser desinvestida pelo setor de gestão de pessoas, em virtude de gerar demasiada competitividade intraorganizacional e sentimento de desvalorização por parte dos colaboradores não selecionados a ocuparem os cargos.

Acerca de liderança, desempenho e motivação, julgue os seguintes itens.

- 97.** Em um estudo realizado com um grupo de altos executivos, Henry Mintzberg desenvolveu uma teoria que relaciona às atividades dos administradores a dez papéis gerenciais, divididos nos papéis interpessoais, decisórios e racionais.
- 98.** Segundo a Hierarquia das Necessidades de Maslow, quando os trabalhadores se mobilizam para negociar melhores condições de trabalho, ambientes mais seguros, horários mais flexíveis e salários melhores estão buscando satisfazer necessidades primárias, fisiológicas e de segurança.
- 99.** A teoria da autoeficácia interpreta o funcionário como um indivíduo determinado, que tende a evoluir quando assume novas responsabilidades e se depara com novos desafios.
- 100.** O Método da Escala Gráfica consiste em avaliar o desempenho dos indivíduos por intermédio de frases descritivas e o avaliador deve escolher somente aquelas que mais se aplicam ao desempenho do avaliado.

Acerca de gerenciamento de conflito e à qualidade de vida no trabalho, julgue os itens a seguir.

- 101.** Para Robbins, o conflito da tarefa se relaciona à maneira como o trabalho é realizado; o conflito de relacionamento se refere às relações interpessoais.
- 102.** Um programa voltado à qualidade de vida no trabalho atenta para distintas dimensões como compensação justa e adequada; oportunidade de crescimento e segurança; condições de trabalho; constitucionalismo; integração social; entre outros.

A respeito do desenvolvimento e treinamento de pessoal, da gestão e mapeamento de competências, julgue os seguintes itens.

- 103.** A gestão de competências, realizada de maneira sistemática e cíclica, pode ser realizada em fases sequenciais, iniciando-se da formulação da estratégia, do mapeamento de competências, captação e desenvolvimento, controle e retribuição.
- 104.** A avaliação do treinamento é uma etapa sistemática do processo de treinamento, na qual deve ser observado, entre outros aspectos, o ROI – retorno sobre o investimento, como uma das últimas fases do processo de avaliação.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

- 105.** Orçamento como o plano das realizações da administração pública, ou seja, é enfatizar o seu importante papel como instrumento de gestão denota a dimensão econômica do processo de orçamentação no sistema de planejamento e orçamento federal brasileiro.
- 106.** As políticas públicas são um conjunto articulado de ações orçamentárias, na forma de projetos, atividades e operações especiais, e ações não orçamentárias, com intuito de alcançar um objetivo específico.
- 107.** Compete à LDO dispor sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo das obras e dos serviços com indícios de irregularidades graves.

108. Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (SPOF) são os órgãos vinculados ou subordinados ao órgão central do sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

109. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Executivo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

110. O plano orçamentário, que não consta na peça orçamentária do Governo federal, é vinculado a uma ocorrência de ação orçamentária, entendida como uma combinação de esfera-unidade orçamentária-função-subfunção-programa-ação.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

No que diz respeito às finanças públicas, julguem os itens a seguir

111. As funções do Estado no âmbito das finanças públicas incluem exclusivamente a alocação de recursos e a redistribuição de renda, sem abranger a estabilização econômica.

112. A progressividade de um sistema tributário é definida pela maior proporção de tributos pagos pelos contribuintes de maior renda em relação aos de menor renda.

113. O financiamento do déficit público por meio da emissão de moeda é considerado uma solução sustentável de longo prazo, pois não aumenta a dívida pública.

114. No federalismo fiscal, a descentralização administrativa e financeira permite maior eficiência na alocação de recursos, mas pode levar a desigualdades regionais se não houver mecanismos de equalização.

TRIBUTAÇÃO

Fernando Maurício

115. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que cria o tributo nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

116. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

A União, no uso da Competência Extraordinária pode instituir os Impostos Extraordinários de Guerra – IEG, por meio de Lei Ordinária, podendo, inclusive, adentrar no campo de tributação dos demais entes.

117. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

118. A respeito das Taxas, julgue o item a seguir:

O serviço público de coleta domiciliar de lixo pode ser financiado por meio da instituição de taxa.

119. A respeito dos Empréstimos Compulsórios, julgue o item a seguir:

A União pode instituir empréstimo compulsório, mediante lei ordinária, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou de sua iminência.

120. A respeito da do Conceito e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Discursiva

O impacto devastador das apostas online na economia brasileira

Ideia de que as bets são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada

Nos últimos anos, as plataformas de [apostas online](#) emergiram como um fenômeno global, capturando milhões de usuários e criando um novo padrão de comportamento financeiro. No Brasil, essa tendência tem se mostrado particularmente preocupante, uma vez que a promessa de riqueza fácil mascara consequências econômicas e sociais devastadoras.

A situação é ainda mais alarmante quando consideramos a ausência de regulamentação robusta e a facilidade com que essas plataformas transferem recursos para o exterior, muitas vezes localizadas em paraísos fiscais.

A ideia de que as apostas online são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada. O impacto econômico e social dessas plataformas vai muito além de uma atividade recreativa. Para milhões de brasileiros, especialmente aqueles das classes média e baixa, a sedução das apostas cria um ciclo destrutivo de endividamento.

O problema não reside apenas no endividamento individual, mas no efeito dominó que ele provoca. Quando famílias começam a perder dinheiro em apostas, a capacidade de consumo diminui. Isso afeta diretamente setores da economia que dependem de um fluxo constante de consumo doméstico, como o varejo e a prestação de serviços.

<https://www.jota.info/artigos/o-impacto-devastador-das-apostas-online-na-economia-brasileira>

A banca (quase) sempre ganha: Brasileiro perde 35% do que gasta nas bets

Dados sobre mercado brasileiro de apostas online constam de relatório do Itaú que tentava analisar impacto das bets sobre o varejo

Os brasileiros recebem 35% a menos do que gastam em sites de apostas esportivas (as chamadas bets) e cassinos online. Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro de apostas pela internet consome 2% da renda dos trabalhadores.

Os dados constam de um relatório do Itaú no qual os analistas do banco tentam estimar o tamanho e o impacto das apostas online sobre o consumo.

Dos R\$ 68,2 bilhões gastos pelos apostadores no período analisado, os brasileiros recebem R\$ 44,3 bilhões de volta do valor apostado, de acordo com o estudo - ou seja, 35% a menos do que gastaram. Esse valor inclui R\$ 200 milhões referentes ao saldo de prêmios líquidos aos apostadores (0,29% do total).

<https://www.seudinheiro.com/2024/financas-pessoais/itau-relatorio-bets-apostas-online-rsgp/>

Bets e jogo do tigrinho impactam orçamento das famílias, saúde mental e economia do país

Na economia do país e das famílias, as consequências das chamadas bets e de jogos conhecidos como tigrinho estão aparecendo e causando preocupação: elas vão do aumento do endividamento e diminuição de recursos para itens básicos ao adoecimento mental e até suicídio.

Recentemente, o diretor de Política Monetária do Banco Central, *Gabriel Galípolo*, apontou que alguns estudos mostram que o aumento de renda no Brasil não elevou o consumo e nem as economias das famílias como poderia. A explicação pode estar no consumo dos jogos e das apostas online.

Em entrevista ao Brasil de Fato, a consultora do programa de Serviços Financeiros do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Ione Amorim, afirma que a demora na regulamentação da atividade trouxe prejuízos consideráveis.

"Há um ambiente com muitos recursos financeiros, que fez com que essas empresas **capturassem influenciadores** que passaram a ser os seus grandes patrocinadores. Os seguidores foram induzidos para esse ambiente de jogos, que se alastrou muito rapidamente, com o atrativo de se ganhar recursos rapidamente."

"O Hospital das Clínicas aqui em São Paulo já admite não ter mais estrutura para receber pessoas para tratar esse problema este ano. Estamos **falando de saúde pública**, de um problema que é uma epidemia", explica.

Análise da empresa de consultoria Strategy&, as **apostas representam o equivalente a 76% das despesas de "lazer e cultura" das classes D e E**. O total gasto com os jogos corresponde a 5% do que é destinado à alimentação.

Ainda de acordo com a consultoria, as apostas já representam 1,38% do orçamento familiar nas classes com menor poder aquisitivo. A análise aponta também que boa parte do dinheiro ganho é colocado novamente no jogo, o que mostra que o eventual lucro de quem joga não tem impacto significativo na economia real.

A informação é reafirmada em um estudo de 2023, divulgado pelo Instituto Locomotiva, que mostra que somente 36% dos ganhos são usados em outros gastos. O levantamento estima que 20% da população de baixa renda aposta pelo menos uma vez por mês.

"Precisamos trabalhar a **educação financeira** e o risco do endividamento. As pessoas precisam estar cientes de que este ambiente não é saudável. A maioria das pessoas que hoje estão perdendo mais dinheiro são as que já estão negativadas. Elas estão sendo expostas a agiotagem em redes sociais", alerta Ione Amorim.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

A ILUSÃO DO “DINHEIRO FÁCIL”: AS APOSTAS ESPORTIVAS COMO PROMESSA DE ASCENSÃO FINANCEIRA EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. As apostas esportivas como uma solução para os desafios econômicos enfrentados pela população;
 2. O impacto das apostas esportivas sobre a desigualdade social;
 3. A educação financeira como ferramenta de prevenção aos riscos das apostas esportivas.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
